

1 | ANÁLISE DOS CICLOS ECONÔMICOS DA BAHIA ENTRE 1975 E 2010

Gustavo Casseb Pessoti*

Denis Veloso da Silva**

Resumo

A proposta deste artigo é fazer uma análise dos ciclos econômicos da Bahia no período compreendido entre 1975 e 2010, tomando como referência as informações do Projeto de Contas Regionais do Brasil, que permitem analisar a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) estadual, desagregando as séries de dados estatísticos por tipo de atividade econômica. A observação das taxas de crescimento do PIB da Bahia permitiu a identificação de diferentes ciclos econômicos em função da convergência e congruência do fator econômico responsável pela expansão da economia baiana ao longo do período considerado. Assim sendo, identifica-se um primeiro ciclo no período compreendido entre 1975 e 1986, quando a economia baiana apresentou uma forte expansão no PIB alicerçada na introdução do Polo Petroquímico de Camaçari e seus efeitos multiplicadores para todo o conjunto da economia. Um segundo ciclo caracterizou o período compreendido entre 1986 e 1992, quando a crise fiscal e financeira do Estado interrompeu o ciclo de expansão da economia brasileira e, por conseguinte, da economia baiana. Um terceiro ciclo surgiu no período 1992-2000, com a retomada do crescimento econômico e a interiorização da produção, sobretudo em razão de novos vetores, como o turismo, a produção agrícola (a soja e a fruticultura) e a produção de celulose. Finalmente, os dados evidenciam um quarto ciclo que caracteriza os anos 2000, quando as políticas de atração de investimentos industriais por isenções fiscais foram a tônica do planejamento estadual para adensar o parque produtivo e permitir maior expansão do PIB da Bahia.

Palavras-chave: Produto interno bruto. Ciclos econômicos. Política industrial. Crescimento econômico. Economia baiana.

* Economista graduado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Análise Regional pelo Programa de Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da Universidade Salvador (UNIFACS). Coordenador/professor do curso de Ciências Econômicas da Universidade Salvador (UNIFACS). Gestor Governamental do estado da Bahia. Trabalha também na Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI/SEPLAN) como Diretor de Indicadores e Estatísticas. cassebpeessoti@gmail.com

** Economista graduado pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Assessor técnico da equipe de Contas Regionais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI/SEPLAN). denisveloso@gmail.com

Abstract

The purpose of this paper is to analyze the business cycles of Bahia in the period between 1975 and 2010. Taking as reference the information in the Draft Regional Accounts of Brazil, where it is possible to analyze the evolution of the state Gross Domestic Product (GDP), disaggregating the data series statistics by type of economic activity. The observation of growth rates of GDP of Bahia has identified various economic cycles as a function of convergence and coherence of the economic factor responsible for the expansion of the Bahian economy over the period considered. Thus, it identifies a first cycle in the period between 1975 and 1986 when the Bahian economy showed a strong expansion in GDP based on the introduction of the Northeastern Complex and its multiplier effects throughout the entire economy. A second cycle characterized the period between 1986 and 1992, when the fiscal and financial crisis of the state broke the cycle of expansion of the Brazilian economy and therefore the economy of Bahia. A third cycle came in the period 1992-2000, with the resumption of economic growth and internalization of production, mainly because of new vectors such as tourism, agricultural production (soy and fruit) and pulp production. Finally, the data show fourth cycle that characterized the 2000s, when policies for attracting industrial investments for tax exemptions were the keynote of the state planning to enrich the industrial park and allow further expansion of the GDP of Bahia.

Keywords: Gross domestic product. Cycles. Industrial policy. Economic growth. Bahia's economy.

Introdução

Este artigo tem por objetivo central fazer uma análise dos ciclos econômicos da Bahia ao longo dos anos de 1975 e 2010, tendo como insumo básico informações extraídas do Projeto de Contas Regionais do Brasil (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010). Para tanto será necessário evidenciar alguns aspectos da metodologia das contas regionais do Brasil – com base nos quais é possível mensurar o Produto Interno Bruto (PIB), assim como a evolução real das atividades econômicas – e o agrupamento de períodos de análise, identificados por estes autores como congruentes em relação aos fatos que caracterizam a evolução econômica do estado da Bahia nos últimos 35 anos.

A periodização partiu da observação empírica das taxas de crescimento e dos índices do PIB baiano com base em 1975, o que levou à identificação de quatro períodos distintos: uma fase inicial de intenso crescimento; uma segunda, de crise e recessão; a terceira fase, quando a economia baiana voltou a apresentar sinais de recuperação, ao longo da década de 1990; e, finalmente, a quarta fase, em que a economia baiana consolidou o crescimento alicerçado no significativo desempenho do setor industrial mediante as políticas de atração de investimentos industriais.

A lógica da análise econômica que caracterizou esse período de 35 anos apresentou uma evolução completamente diferenciada, por motivos que oportunamente serão elucidados. No momento, cumpre esclarecer que a própria lógica que permeou a maior ou menor participação do Estado na intervenção econômica influenciou decisivamente os processos de descentralização dos investimentos federais e de planejamento do desenvolvimento do país. A partir de um determinado momento da história econômica recente do Brasil, a ortodoxia do pensamento neoliberal de menor participação do Estado nas decisões econômicas condenou os estados que não apresentaram um processo de acumulação capitalista mais “consistente” à estagnação econômica, o que os obrigou a adotar um processo autônomo de planejamento do desenvolvimento local. As estratégias implementadas pela Bahia a partir da segunda metade da década de 1990, de atração de investimentos industriais por meio de políticas estaduais de incentivos fiscais, corroboram a ideia de um estado subnacional e periférico, que, desarticulado de um projeto nacional desenvolvimentista, buscou ampliar sua participação no processo de geração de riquezas do país com base em seus próprios recursos e forças políticas.

Condicionantes da análise da evolução da economia baiana

A identificação e a análise dos fatores que, em parte, explicam a dinâmica da evolução da economia baiana exigem que se leve em conta três aspectos principais:

O *primeiro* deles é a situação político-administrativa do estado da Bahia, a saber: um Estado subnacional e periférico, inserido em uma economia também periférica.

Estado subnacional é aqui identificado como aquele que não controla as variáveis e políticas macroeconômicas. Nesse caso, está-se diante de um poder político e administrativo não-independente/autônomo, que não formula e não define políticas macroeconômicas e, portanto, tem autonomia restrita e também restrito controle sobre os elementos determinantes da conjuntura econômica – taxa de juros, preços, taxa de câmbio, base monetária, entre outros. Sabe-se que a política macroeconômica é fundamental na determinação do crescimento da economia e, portanto, do ritmo da acumulação capitalista.

Quando se menciona “um Estado periférico”, fala-se do processo histórico, da formação socioeconômica. A Bahia, como integrante da região Nordeste, teve uma participação subordinada na divisão nacional do trabalho ao longo da constituição do capitalismo industrial-financeiro do Brasil. Essa região exportava força de trabalho com baixa qualificação, gerava divisa – sendo o cacau uma importante fonte dessas divisas – e era mercado consumidor dos bens finais produzidos pelas indústrias instaladas na região Sudeste, beneficiada com a política de substituição de importações implementada pelo governo federal.

Entretanto, a despeito de o estado da Bahia ter tido alguns benefícios no processo anteriormente mencionado e, por isso mesmo, ter-se constituído no sexto PIB do Brasil, a maioria de seus indicadores sociais encontra-se abaixo da média brasileira. Isso faz com que as condições estruturais da sustentabilidade da acumulação capitalista sejam precárias, a exemplo do nível de escolarização da população em idade ativa (PIA), da distribuição de renda, da infraestrutura econômica e da situação dos centros de pesquisas e outros.

Estar na periferia de um país periférico significa, para o processo de crescimento econômico, poucos recursos de capital e trabalho para uma acumulação sustentada. Essa condição decorre, em parte, das necessidades básicas não-atendidas ao longo da história, do nível de arrecadação estatal e da baixa geração de poupança interna.

Quanto à organização político-administrativa do estado da Bahia, é importante salientar que a escassez de recursos públicos, a impossibilidade de definição

de políticas macroeconômicas de curto, médio e longo prazo e o sério quadro de carências sociais e econômicas resultam em conflitos e tensões permanentes e na necessidade de busca de poupanças externas, no âmbito federal e internacional.

O *segundo* aspecto é a discussão sobre o recorte político-administrativo de um estado subnacional e sua análise econômica. A definição desse recorte, no caso do estado da Bahia, não obedece a critérios econômicos e sociais. Sua configuração possui um caráter mais político e histórico da formação social – portanto, remonta à economia que não mais existe, como, no caso da Bahia, a economia colonial e o modelo primário exportador a ele associados. A análise econômica não pode estar restrita a esse recorte. É fundamental compreender a dinâmica econômica fora desse território e analisar os impactos sobre ele. E, aí sim, ver as tendências e as possibilidades da ação do administrador que possui um orçamento para ser gasto no território definido legalmente. Portanto, para a análise econômica, o recorte de estado é insuficiente, devendo extrapolar o político-administrativo local e abranger, além deste, todo um conjunto de atividades econômicas que a ela se relacionam.

É preciso, então, partir para a noção da economia que ocorre no estado da Bahia e menos à noção da economia baiana, ou seja, é necessário entender como a dinâmica global e nacional se rebate e se relaciona com a sociedade instalada no território baiano e como os administradores locais entendem e interagem com essa lógica.

Esse entendimento permite afirmar-se que a formação econômica recente do estado foi constituída sob a égide do Modelo de Substituição de Importações (MSI) brasileiro (1930-1980), projeto cepalino que implementou a industrialização no país. O processo de inserção do território político e administrativo da Bahia nesse processo nacional e global moldou uma estrutura econômica globalizada, concentrada espacial, setorial e socialmente. Isso ocorreu após a formação de dois grandes pilares de sustentação:

- um que é *complementar* a matriz industrial brasileira e ocorre após a produção de insumos industriais, principalmente químicos e petroquímicos;
- um segundo que se caracteriza por ser uma *economia integrada* ao agronegócio brasileiro e mundial de grãos, frutas e papel e celulose.

Esta *complementação e integração* fizeram da economia baiana a sexta do país e um espaço importante da acumulação de capitais em âmbito global. Por outro lado, o modelo de desenvolvimento formou uma sociedade com uma grande concentração espacial, socioeconômica e setorial da riqueza e do produto interno, além de diversos contrastes, como o fato de o estado “abrigar” a maior população rural do país e o maior contingente de produtores simples de mercadorias e de subsistência.

Em linhas gerais, do ponto de vista da dinâmica socioeconômica e sua relação espacial, observa-se, no estado da Bahia, três grandes áreas: o Litoral, o Oeste e o “miolo” ou Semiárido, cada uma com características específicas. Os “polos dinâmicos” da economia baiana estão concentrados nas bordas do território (litoral, Oeste e limites estaduais) e estabelecem fracas relações entre si, sendo atividades basicamente voltadas para o mercado externo e alguns polos de serviços e turismo. Dentre os polos mais relevantes, destacam-se: os municípios da Região Metropolitana de Salvador (RMS) articulados com Feira de Santana e com os municípios de Alagoinhas, Catu e Pojuca (RMS ampliada), onde está a maior parte da produção petroquímica do estado; o Extremo Sul, com o turismo em Porto Seguro e adjacências e com os municípios de Eunápolis, Belmonte e Mucuri, cuja atividade relevante é a produção de papel e celulose; o Cerrado baiano, onde o cultivo de grãos nos moldes do agronegócio globalizado determina o vetor de crescimento; a região de Juazeiro, importante centro logístico que agrega valor ao PIB estadual com atividades de fruticultura; Vitória da Conquista, Itabuna e Jequié, sendo polos de serviços; e Ilhéus e Itabuna, como polos agrícolas ainda ligados à atividade cacaujeira.

O “miolo” ou o Semiárido, que representa 2/3 do território e onde reside 43% da população do estado, é pobre economicamente – sua base econômica é uma agricultura familiar não capitalizada – e as condições climáticas são adversas para a prática agrícola, necessitando de investimento em capital e externalidades para seu desenvolvimento. Ainda assim, são encontradas nessa região “ilhas de desenvolvimento” ou de “modernidade” e locais com “vantagens competitivas naturais” relacionadas com a extração de minerais, como urânio e minério de ferro, turismo na Chapada Diamantina e algumas áreas com uma agricultura familiar irrigada e cooperada.

Ressalte-se, entretanto, que, na Bahia, não se desenvolveram municípios de porte médio e redes de cidades com dinâmicas complementares, mas sim cidades que polarizam algumas regiões do estado. Este fato – não único – dificultou uma integração do território, bem como limitou a geração de externalidades das atividades econômicas, que foram atraídas, sobretudo, para a Região Metropolitana.

O *terceiro* aspecto é a forma de participação da economia baiana no processo de divisão regional do trabalho no Brasil, ou seja, a forma como os fluxos econômicos que atuam em seus limites geográficos articulam-se com o centro dinâmico do capitalismo brasileiro e com outros, no plano internacional.

Cabe salientar que a inserção da economia baiana na divisão nacional do trabalho dá-se da seguinte forma: o estado da Bahia é um centro de geração de divisas para o país; é produtor de bens intermediários e matérias-primas para a indústria instalada no Sudeste do país; é um grande mercado consumidor de produtos finais vindos das regiões Sudeste e Sul do país; é fornecedor de mão de obra, uma vez que perde população com os processos migratórios.

Com essa compreensão da economia baiana, buscou-se a identificação dos principais fatores que explicam os movimentos e fluxos econômicos no espaço geográfico, político e administrativo do estado, a seguir discriminados:

- a) cenário macroeconômico nacional – portanto, as políticas macroeconômicas de curto prazo;
- b) políticas macroeconômicas de longo prazo, fiscal, regional, tributária e de emprego e renda;
- c) processo de formação histórico, social e econômico;
- d) cenário internacional, ainda que de forma mais indireta;
- e) organização político-administrativa local, capacidade de investimento e de concessão de incentivos, entre outros;
- f) condições naturais, ambientais e culturais;
- g) fatores estruturais da competitividade que são, em boa medida, consequência imediata das políticas anteriormente citadas: nível educacional/ escolarização da população em idade ativa, infraestrutura econômica – transportes, comunicação, energia; infraestrutura básica – esgoto, água e saúde; controle ambiental; existência de centros de pesquisa.

Breves considerações metodológicas para a montagem das séries estatísticas do período 1975-2010

As Contas Regionais, elaboradas sob metodologia uniforme para todas as Unidades da Federação, estão atreladas aos procedimentos implementados em âmbito nacional, de maneira que seus resultados sejam comparáveis entre os diversos estados e seu total convirja com o total do país.

Desde o início do ano de 2007, quando o IBGE lançou a nova série metodológica das contas nacionais, os institutos de pesquisa do país começaram a realizar estudos para examinar os possíveis rebatimentos dessa mudança no cálculo do PIB. Os rebatimentos envolviam desde uma nova concepção para os estudos de economia regional até mudanças nos programas setoriais que utilizavam o PIB como referência para transferências de recursos.

Assim, as séries regionais foram revisadas de forma que sua metodologia e a base de dados fossem completamente integradas com a série das contas para o Brasil. Dessa forma, passam a incorporar integralmente as pesquisas anuais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – dentre elas a Pesquisa Industrial Anual, Pesquisa Anual dos Serviços, Pesquisa Anual do Comércio e a Pesquisa Anual da Indústria da Construção Civil –, as informações anuais da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica, os resultados da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2003, o Censo Agropecuário 1996,

e passam a adotar uma classificação de atividades e produtos compatíveis com a Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE). A nova série de contas regionais escolheu como referência inicial o ano de 2002, passando a ser divulgada com 17 atividades econômicas que, desse modo, são ajustadas com os dados do Brasil em valores constantes e correntes.

Parece indiscutível, para todos os analistas que trabalham com as informações provenientes da contabilidade social, que o novo enfoque de contas regionais ora em vigor é muito mais “robusto” do que aquele que vigorava até o ano de 2007 e baseava-se nas extrapolações de índices de volume e preço, tomando como base o ano de 1985. Outrora, quando existiam censos econômicos realizados quinquenalmente, era possível, com base em critérios estatísticos, analisar a consistência dos dados estimados entre os períodos não cobertos pelo censo econômico. Entretanto, a partir de 1985, não foram mais realizados censos econômicos, o que condicionou as estatísticas de contas regionais à extrapolação das informações daquele ano de referência, com base em índices de volume e preços discutidos em metodologia específica e nacional.

A utilização de índices de volume não causava grandes distorções no cálculo do PIB, pois partiam da base de dados de pesquisas conjunturais e estruturais que ainda hoje são tomadas como referência para a mensuração do crescimento real das atividades econômicas. Além disso, as pesquisas utilizadas como referência para a montagem dos índices de volume tomavam como marco inicial cada uma das Unidades da Federação, de forma que eles refletiam o crescimento físico (ou crescimento real) do nível de atividade de cada um dos estados brasileiros.

Entretanto, para o caso dos índices de preços não existiam estatísticas no Brasil, em nenhum dos institutos de pesquisa existentes, que estivessem regionalizadas de acordo com as especificidades de cada atividade econômica estadual. Assim sendo, para o cálculo do valor corrente das atividades econômicas, era necessário recorrer à utilização de índices que, no máximo, davam cobertura às Regiões Metropolitanas – como os Índices de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mensurados pelo IBGE –, bem como os índices calculados pela Fundação Getúlio Vargas – como o Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM) e os Índices de Preços por Atacado (IPA) –, cuja cobertura nacional não refletia as especificidades regionais de economias completamente diferenciadas entre si e com a própria economia brasileira. À época, esse era o procedimento que permitia agilidade, comparabilidade entre todos os estados do Brasil (dentro dos preceitos de um procedimento metodológico único e universal para todas as Unidades da Federação brasileira). Entretanto, principalmente sem censos ou pesquisas econômicas que mensurassem o valor corrente das atividades econômicas, a utilização desse procedimento estatístico de índices de preços regionais e nacionais era a única forma de contabilizar uma *proxy* do PIB estadual.

A partir de 2007, esses problemas foram minimizados pelas pesquisas de corte estrutural do IBGE, citadas anteriormente. Com a incorporação dessas pesquisas, foi possível regionalizar as informações segundo as mais diferentes atividades econômicas e as Unidades da Federação. Isso quer dizer que as pesquisas já fornecem informações do valor bruto de produção, consumo intermediário e do valor adicionado das atividades econômicas, sobretudo do setor industrial e do setor de serviços.¹ Seguindo a orientação da nova metodologia, o valor corrente e constante das atividades já é automaticamente calculado com base nas novas pesquisas (Pesquisa Industrial Anual, Pesquisa Anual dos Serviços, Pesquisa Anual do Comércio e Pesquisa Anual da Indústria da Construção). Com o valor corrente, valor constante e com os índices de volume, agora é possível encontrar os índices de preços regionalizados de maneira implícita.

Entretanto, para montar as séries estatísticas para análise dos ciclos econômicos que serão evidenciados na próxima seção do artigo, havia um desafio a ser superado: reconstruir a base de dados para o período de 35 anos, utilizando um único processo metodológico. Se, por um lado, a nova metodologia de cálculo das contas regionais é muito mais apropriada para mensuração do nível da atividade econômica, de outra parte, ela provoca uma grande limitação para os estudos de história econômica que se utilizam da base de dados das atividades econômicas que compõem o PIB estadual. Essa limitação deve-se ao fato de que as novas pesquisas do IBGE só dão cobertura para o período pós-1995, não sendo possível “retropolar” as informações anteriores a esse período com base no mesmo procedimento metodológico. Isso dificultaria, por exemplo, afirmar qual era o valor do PIB da Bahia em 1975 e, por conseguinte, como se distribuíam as atividades primárias, secundárias e terciárias da economia baiana.

No entanto, a proposta deste artigo não se limita a analisar a estrutura da economia baiana, mas, sobretudo, os padrões de crescimento econômico ao longo dos anos (segmentados por período, de acordo com o principal fato gerador do desempenho econômico). Assim sendo, como em ambas as metodologias a base da informação utilizada para a mensuração do índice de volume (que é usado para verificar o crescimento real da economia) é a mesma, não se estaria, estatisticamente falando, incorrendo em erro ao analisar toda a série disponível (a base de dados de contas regionais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) vai de 1975 a 2010). Isto é, poder-se-ia dizer que, embora sob enfoques metodológicos diferentes, a evolução econômica ou o crescimento real das atividades econômicas está

¹ No caso do setor agropecuário, as informações já eram e continuaram a ser trabalhadas com base na Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) e na Pesquisa Pecuária Municipal (PPM), ambas do IBGE. Além disso, vale lembrar que o censo agropecuário foi o único entre os censos econômicos que continuou a ser atualizado no período pós-1985.

dado por pesquisas conjunturais que sempre foram utilizadas (em ambas as metodologias). E se os fatos históricos não mudam em função da diferenciação metodológica, também a conjuntura econômica é a mesma, independente da forma como se pode “enxergar” o somatório das atividades econômicas em valores correntes (ou, em linguagem mais simplificada, o PIB).

Isso permitiria analisar, por exemplo, as informações de cada uma das atividades econômicas, mas ainda assim haveria um problema: para analisar o desempenho do PIB enquanto somatório das diferentes atividades econômicas seria necessário utilizar uma ponderação que indicasse o peso de cada uma dessas atividades, para que o crescimento ponderado de cada atividade refletisse o crescimento do PIB. Como nesse caso não havia um procedimento consensual a ser seguido, para chegar ao resultado da evolução do PIB no período anterior a 1995, decidiu-se pelo seguinte procedimento estatístico: utilizando-se da média histórica da relação de valor agregado/valor bruto da produção da série de dados 1995-2000, foi reconstruído o valor corrente do PIB baiano para 1994. Após essa etapa, foram utilizadas as variações dos índices de preço (deflatores do PIB por setor de atividade) da metodologia antiga, de acordo com os setores da atividade econômica que podiam ser agrupados da mesma maneira em ambas as metodologias.² Isto é, toda a série 1975-1994 foi “retropolada”, utilizando-se índices de volume, que continuam sendo empregados na metodologia atualmente em vigor para análise do crescimento real da economia, e a variação dos deflatores implícitos da metodologia antiga – essencialmente formados pelos Índices de Preço por Atacado, no caso do setor industrial, Índices de Preços ao Consumidor Amplo, no caso dos serviços, e pelos preços implícitos que são obtidos diretamente da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) e da Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) para o setor agropecuário –, para a reconstrução do valor corrente, única e exclusivamente para que a ponderação interna dos setores *vis a vis* suas taxas de crescimento resultassem no desempenho econômico do estado da Bahia para o período considerado neste trabalho.

Nesse sentido, a análise de ciclos aqui apresentada foi pensada seguindo uma periodização específica, com base nas taxas de crescimento do PIB da Bahia. Os gráficos e as tabelas a seguir mostram, com clareza, que o PIB baiano cresceu aceleradamente entre 1975 e 1986, seguindo-se uma fase de estagnação (1986-1992) e, logo depois, uma retomada do crescimento econômico (1992-2000). Por fim, a partir do ano de 2000, mostram a

² De acordo com Figueiroa e Pessoti (2008), quando a apuração da diferença de valor foi feita entre a mensuração da atividade econômica na metodologia antiga (aquela que extrapolava os valores do censo de 1985 com índices de volume e preço) e a nova metodologia em vigor desde 2007, ela foi inferior a 10%. Essa margem de diferença foi fundamental para o desenvolvimento desse procedimento estatístico de reconstrução da série nova com base nos índices de preços existentes.

manutenção e consolidação do crescimento da economia baiana, principalmente associado aos investimentos industriais realizados, bem como ao desenvolvimento do agronegócio da região Oeste do estado, como será explicitado a seguir.

TABELA 1
TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO DOS GRANDES SETORES DE ATIVIDADE DO PIB POR PERÍODO
– BAHIA – 1975-2010

Período	Agropecuária	Indústria	Serviços	Média
1975 - 1986	2,4	8,9	6,4	6,1
1986 - 1992	-0,9	-1,2	2,0	0,1
1992 - 2000	2,3	2,1	2,9	2,6
2000 - 2010	5,9	3,7	3,6	4,0
1975 - 2010	2,8	4,1	4,1	3,7

%

Fonte: Elaboração própria com os dados fornecidos pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2010).

TABELA 2
TAXA ACUMULADA DE CRESCIMENTO DOS GRANDES SETORES DE ATIVIDADE DO PIB POR PERÍODO
– BAHIA – 1975-2010

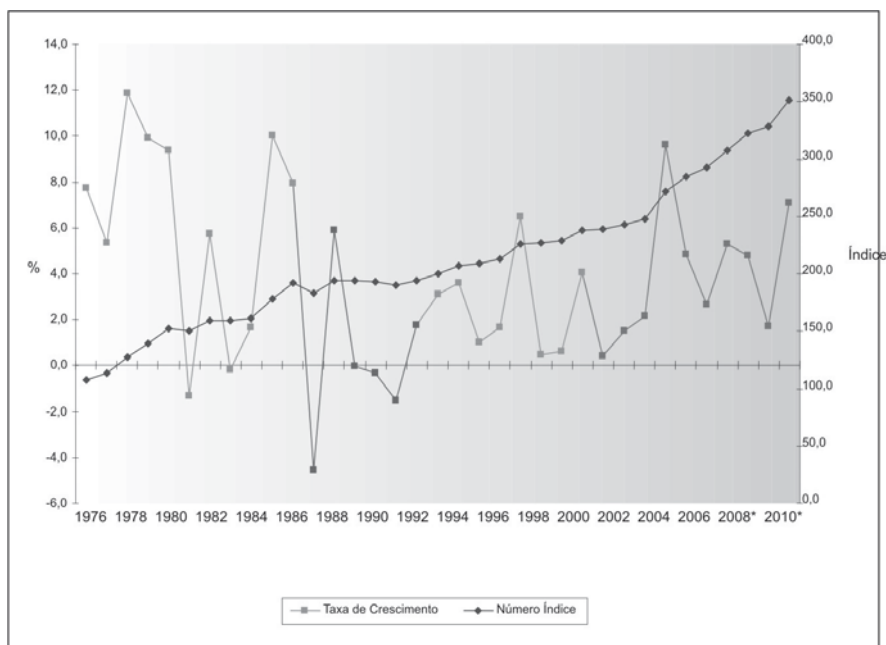
Período	Agropecuária	Indústria	Serviços	Acumulada
1975 - 1986	29,9	156,4	98,9	92,0
1986 - 1992	-5,3	-7,1	12,5	0,9
1992 - 2000	19,7	18,0	25,8	22,8
2000 - 2010	77,2	43,8	42,9	48,2
1975 - 2010	160,8	304,3	302,3	252,7

%

Fonte: Elaboração própria com os dados fornecidos pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2010).

Gráfico 1

Evolução do PIB, segundo taxa de crescimento e número índice – Bahia – 1975-2010



Fonte: Elaboração própria com os dados fornecidos pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2010).

*Dados sujeitos a retificação.

Como toda a base de dados foi remontada com esse procedimento estatístico, as informações do desempenho econômico setorial da Bahia foram agrupadas segundo períodos distintos, em função dos também distintos padrões de crescimento econômico do estado. Cada um desses períodos será analisado nas próximas seções deste artigo.

Período I (1975-1986): transformações estruturais e crescimento acelerado – a era do polo petroquímico

O período que vai de 1975 até 1986 tem como característica principal a transformação estrutural do PIB da Bahia, que deixou de ter como “carro-chefe” a agropecuária, passando a ser impulsionado pela indústria. A taxa média de crescimento do PIB foi de 6,1%, sobretudo em função da elevada expansão do setor industrial baiano, que apresentou taxa de

crescimento de 9% (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2010).

Esse processo teve origem em meados dos anos 1950, embora, até o início dos anos 1970, a estrutura produtiva da economia baiana ainda estivesse fundamentada no setor primário-exportador, que se complementava com a economia de subsistência praticada em quase todas as suas regiões. Durante décadas, essa dinâmica foi comandada pelo ciclo do cacau, que era o principal produto agrícola estadual e seu maior gerador de divisas.

Contudo, a renda gerada pela cacauicultura foi, em grande monta, alocada no próprio setor, aprofundando e mantendo a monocultura do cacau, sendo também canalizada para consumo ou investimentos fora do estado, principalmente em imóveis e viagens ao exterior (GUERRA; TEIXEIRA, 2000). Esse setor, por sua vez, devido a suas características estruturais, era incapaz de irradiar seu dinamismo para a economia baiana. A partir dos anos 1970, com o avanço da industrialização, a estrutura produtiva começou a mudar e perdeu sua feição agroexportadora. Spinola (2009, p. 490, grifos nossos) assim caracterizou esse período:

Alguns fatores, a seguir comentados, podem ser apontados como principais para o desenvolvimento desse processo. Em primeiro lugar, as políticas macroeconômicas adotadas no país a partir da década de 1930, que alteraram profundamente a divisão nacional do trabalho no Brasil. O principal projeto era o de *substituições de importações* e é a partir da sua implantação, juntamente com a do processo de desconcentração da economia – promovido pelo Governo Federal e incentivado pelos estados periféricos, dentre eles a Bahia, para reduzir desequilíbrios regionais – que, finalmente, nos anos 1970, *a Bahia se insere na matriz industrial brasileira, com a chamada “especialização regional”*. Tal especialização levou o Estado a voltar-se para uma industrialização centrada no setor químico, especialmente na petroquímica, e na metalurgia.

Ainda no âmbito de medidas macroeconômicas, é importante salientar os incentivos fiscais e financeiros criados pelo governo federal para atrair investimentos para outras regiões brasileiras que não o Centro-Sul. Dentre esses, registra-se o sistema de incentivos fiscais 34/18/Finor, que beneficiou o processo de reestruturação da dinâmica econômica da região Nordeste, observando-se que tais incentivos foram, em sua grande maioria, alocados no estado da Bahia. Isso se deu pela proximidade do estado em relação ao Centro-Sul, e pelo fato de a produção nacional não oferecer alguns insumos básicos demandados pela indústria de transformação do Sudeste. Entre os fatores sistêmicos da competitividade, a Bahia contava ainda com as vantagens de ser, à época, a maior produtora de petróleo do país e de já possuir uma refinaria, a Landulfo Alves, situada no município de São Francisco do Conde.

Em relação ao poder local, foi montada uma explícita política industrial, setorial e regional. Além de participar diretamente de alguns empreendimentos, com

estudos, investimentos e infraestrutura, o governo estadual concedeu um amplo conjunto de incentivos fiscais e financeiros, o que possibilitou ao capital privado reduzir drasticamente o risco de sua participação no processo produtivo e garantiu vantagens comparativas à Bahia em relação aos demais estados do Nordeste.

Em decorrência das medidas descritas, vários projetos foram implantados, destacando-se os localizados no Centro Industrial de Aratu (CIA), nos Distritos Industriais do interior do estado e no Complexo Petroquímico de Camaçari (Copec). A Tabela 3 evidencia que, a partir de 1975, o setor industrial ampliou significativamente a participação na economia baiana.

TABELA 3
COMPOSIÇÃO SETORIAL DO PIB – BAHIA – PERÍODOS SELECIONADOS

Anos	Setores (%)		
	Agropecuária	Indústria	Serviços
1960	40,0	12,0	48,0
1970	21,2	12,4	65,4
1975	30,7	27,5	41,8
1980	16,4	31,6	52,0
1986	18,2	43,2	38,6
1990	15,2	31,9	52,9
1992	9,7	36,3	54,0
2000	8,8	28,9	62,3
2010	8,6	32,2	59,2

Fonte: Elaboração própria com os dados fornecidos pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2010).

Essas alterações estruturais na economia baiana incrementaram fortemente seu produto interno. No tocante às taxas de crescimento real do PIB, a Bahia superou o Nordeste e o Brasil ao longo da década de 1970. No período entre 1975 e 1986, a indústria cresceu acumuladamente 156,4%, a agricultura 30%, o comércio 117% e as comunicações 1.383% (LIMA, 2002). Esse crescimento fez com que a economia baiana aumentasse sua participação na economia nacional – de menos de 4% em 1975, passa a 4,9% em 1985 – e contribuiu de forma positiva para a expansão do setor terciário da economia (em média 6,4% ao ano), particularmente na Região Metropolitana de Salvador.

É importante destacar que a consolidação da indústria de transformação no processo de desenvolvimento econômico estadual, na primeira metade da década de 1980, ocorreu num período de grande recessão e crise da economia brasileira, da qual poucos estados lograram escapar. A Bahia, exatamente pelo avanço de sua indústria, estava entre esses últimos, ou seja, apresentou, malgrado a crise, crescimento no desempenho da atividade econômica.

Nos anos 1980, iniciou-se uma política de desvalorização cambial que encareceu os produtos importados, resultando no aumento das vendas de produtos petroquímicos produzidos na Bahia para as indústrias instaladas no “Centro-Sul” do país.

Não obstante a economia ter-se concentrado fortemente na Região Metropolitana de Salvador, outras áreas do interior do estado também apresentaram significativo crescimento no final da década de 1970. Entre os destaques tem-se: produção de feijão e cenoura na região de Irecê; expansão do polo cafeeiro na Chapada Diamantina; extração de minérios em determinadas áreas do estado (Caraíba Metais, entre outras); rápida ocupação do Vale do Iuiú (pecuária e algodão) e desenvolvimento de regiões, como o Extremo-Sul, com a extração de madeira.

Período II – 1986 a 1992: inflexão e crise

A partir da segunda metade dos anos 1980, o vigoroso crescimento ocorrido entre 1975 e 1985 sofreu um forte processo de inflexão. Entre 1986 e 1992, o ritmo de crescimento do PIB caiu de 6,1% ao ano para 0,1%.

Em onze anos, ou seja, de 1975 a 1986, o PIB baiano, sob o efeito do Polo Petroquímico de Camaçari, cresceu 92% acumuladamente. Entretanto, no período subsequente, entre 1986 e 1992, o crescimento acumulado foi de apenas 0,9%. Em que pese a diferença quantitativa dos anos entre os dois períodos, essa comparação tem como único objetivo salientar que, entre 1986 e 1992, a economia baiana praticamente se estagnou.

Entre 1986 e 1992, o cenário apresentado foi de recessão, com variação negativa do nível de atividade nos três últimos anos desse período. Os fatores que explicam essa crise podem ser encadeados da seguinte forma:

- a crise da economia nacional nos anos 1980 (a chamada década perdida), capitaneada pela crise fiscal e financeira do Estado brasileiro, levou à falência o modelo anterior, no qual o Estado era o motor da acumulação capitalista e sob o qual se pautou o crescimento da economia baiana entre 1975 e 1986. O endividamento interno e externo do Estado inviabilizou os investimentos projetados e a manutenção da acumulação capitalista, na forma até então vigente;
- a queda no ritmo de crescimento da economia ocasionou altas taxas de inflação, índices crescentes de desemprego e elevação das taxas de juros, o que desencadeou a chamada “ciranda” financeira e teve, portanto, efeitos negativos diretos na demanda agregada da economia brasileira, principalmente no consumo das famílias e nos gastos do Governo;

- ocorreu um redirecionamento da economia brasileira para o mercado externo: incentivaram-se assim as exportações, que geravam divisas, garantiam o fechamento do balanço de pagamentos e mantinham o nível da atividade econômica.

Os efeitos dessa crise para o estado da Bahia foram altamente negativos, podendo-se destacar alguns deles como os mais graves, como se pode verificar a seguir:

- foram paralisados os investimentos previstos para o Polo de Camaçari e, assim, não foram geradas cadeias produtivas, ou seja, a terceira geração da petroquímica. Dessa forma, a economia baiana permaneceu apenas como produtora de bens intermediários, e o Complexo Petroquímico não recebeu novos investimentos;
- diminuiu o ritmo de crescimento da produção da indústria química baiana, tendo esse segmento, nos anos de 1988, 1990 e 1991, apresentado taxas negativas, de 3,6%, 6,8% e 7,6%, respectivamente. Pelo elevado peso que a indústria química tem na estrutura do segmento industrial baiano, os reflexos negativos sobre o PIB foram inevitáveis;
- foi gerada, com a paralisação do processo de investimentos, uma economia duplamente concentrada na formação do PIB: na agricultura, o cacau, em crise, continuava a ser o principal produto de exportação. Na indústria, ocorreu uma elevada concentração em torno do gênero químico. Em termos macroeconômicos, a geração espacial da renda concentrou-se na RMS e no litoral, principalmente na área de influência dos municípios de Ilhéus e Itabuna;
- cresceu a taxa de desemprego na RMS, consequência da forte migração – em parte derivada do fato de a Bahia possuir uma população rural muito grande (ainda hoje a maior do país em termos absolutos, e vivendo de forma precária na região semiárida) – para essa região, atraída pelo Polo Petroquímico de Camaçari. Esse processo fez de Salvador a terceira mais populosa cidade do país, com uma das maiores taxas de desemprego dentre as cidades estudadas pelos institutos de pesquisas brasileiros;
- finalmente, identifica-se um último efeito, que se manifestou em meados dos anos 1980, decorrente da reestruturação produtiva mundial: a crise nos produtos tradicionais de exportação da agricultura baiana. A partir desse período, registraram-se sucessivas quedas nos preços internacionais dessas *commodities*, resultantes do crescimento de sua oferta mundial, com a entrada, no mercado, de novos países produtores, com menores custos médios e maiores rendimentos por hectare. Dentre os produtos baianos cujos preços caíram, citam-se: o cacau, que também foi atingido pela grave doença conhecida como “vassoura-de-bruxa”, a mamona, o sisal, o fumo, o café e o algodão. O forte declínio do cacau, principal cultura agrícola do estado na segunda metade dos anos 1980, ocorreu sem que outra lavoura a substituísse de imediato.

A despeito da crise nos dois principais setores da economia baiana (a agricultura tradicional e a petroquímica emergente), a política de redirecionamento da economia brasileira para o setor externo trouxe novos vetores de crescimento econômico para o estado e deu início a um processo de diversificação agrícola e interiorização da produção. Além disso, a petroquímica, graças à política de desvalorização cambial adotada pelo governo federal, conseguiu colocar no mercado externo parte de sua produção, diminuindo, dessa forma, os efeitos da queda das vendas para o mercado interno.

Assim, esse período, não obstante caracterizar-se como uma fase recessiva, é também aquele em que se verifica a diversificação e interiorização de uma dinâmica que vai intensificar-se ao longo dos anos 1990, a saber: ocupação dos cerrados com a produção de grãos, tendo na soja seu carro-chefe; desenvolvimento de projetos de irrigação, principalmente na região de Juazeiro, com a produção de frutas para exportação e o cultivo de hortaliças – laranja no Litoral Norte, especiarias no Recôncavo Sul; afirmação do papel e celulose no Extremo-Sul; florescimento do turismo, na faixa litorânea, com destaque para a região de Porto Seguro e o Litoral Norte; surgimento de novos empreendimentos do complexo agroindustrial, dinamizando e modernizando a produção agropecuária, dentre outros setores e processos com menor relevância. É importante salientar que esse processo só começaria a ter impacto sobre o PIB a partir dos anos 1990.

Em conclusão, esse período, diferentemente do anterior, é marcado por uma redução da participação do PIB baiano no nacional – de 5,0% em 1985 para 4,1% em 1992 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2008) –, em consequência de ter-se estagnado o ritmo de crescimento da economia baiana (na comparação com o período anterior, 1975/1986) e de se terem expandido fortemente outras áreas no Brasil, como o Centro-Oeste, incentivadas pela produção pecuária e agroexportadora, principalmente de grãos.

Período III: anos 1992-2000 – retomada do crescimento

Como dito anteriormente, a transformação na configuração socioeconômica da Bahia teve início em meados da década de 1970, com o fortalecimento do cinturão industrial da Região Metropolitana de Salvador (RMS), particularmente com a entrada em operação do Polo Petroquímico.

A expansão da economia baiana alicerçada no desempenho industrial – com o incremento nas atividades da indústria de transformação e da construção civil, esta última grande geradora de emprego e renda – aconteceu, principalmente no período do pós II PND e prosseguiu até meados dos anos 1980, momento em que a crise que vinha atingindo a economia brasileira começou a afetar o desempenho baiano: registram-se, entre o final dos anos 1980 e o começo de

1990, taxas de crescimento mais modestas. A despeito disso, a Bahia foi um dos estados de melhor desempenho econômico naquela que é considerada a “década perdida” da economia brasileira.

O período compreendido entre 1992 e 2000 tem algumas características marcantes, como:

- crescimento econômico acompanhando a média nacional;
- consolidação e ampliação da indústria montada no primeiro período, ou seja, petroquímica e metalurgia;
- consolidação de setores que se beneficiaram com a política nacional de incentivo às exportações e que tiveram vantagens comparativas no estado, a exemplo da silvicultura, da produção de papel e celulose, dos frutos e grãos;
- alcance, pela agricultura, de um novo patamar de produção, com base na política nacional de incentivo às exportações iniciada no segundo período;
- esgotamento dos produtos tradicionais, a exemplo do fumo, que chegaram ao fundo do poço, e esboço de recuperação dos níveis de produção de outros, graças às políticas dos governos estadual e federal;
- surgimento de novos setores industriais, notadamente de bens finais, portadores de mudanças futuras na estrutura do estado e promotores de sua inserção na divisão nacional do trabalho;
- maior preocupação com o turismo local, que passou a operar em um patamar mais elevado, após investimento do governo estadual e de programas nacionais com parceiros internacionais, a exemplo do Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur).

O crescimento médio do PIB baiano correspondeu a 2,6% ao ano ou, em taxa acumulada, foi de 22,8%, no período de 1992 a 2000. Os setores agropecuário e industrial cresceram no mesmo patamar: 2,3% e 2,1%, respectivamente. Outros segmentos, como o comércio e a comunicação, foram de grande destaque nesse período, alcançando um crescimento acumulado de 28,3% e 255,7%, respectivamente (CARVALHO JÚNIOR; PESSOTI; PEREIRA, 2002).

Novo Cenário Nacional

A mudança na política econômica nacional, o Plano Real, a abertura do mercado brasileiro foram fatores que fizeram a economia voltar a crescer. Abriu-se um novo período de investimentos produtivos e a perspectiva de outro ciclo sustentado de crescimento, agora menos concentrado.

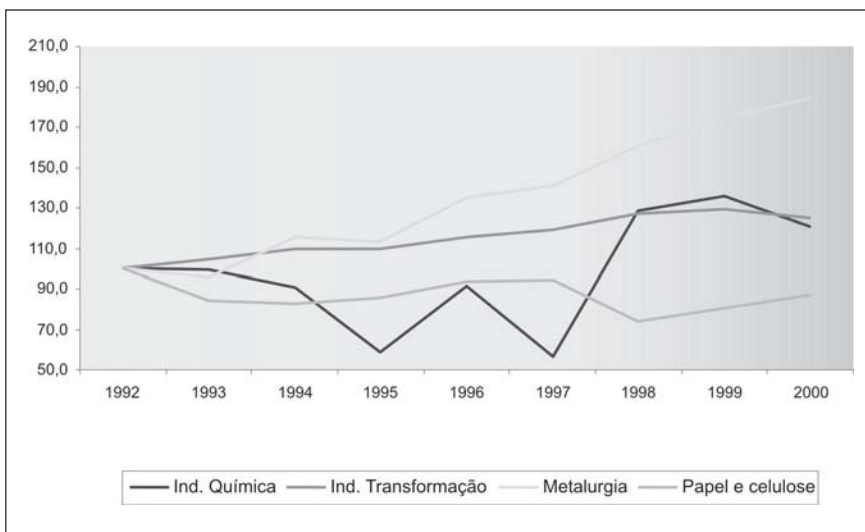
Antes de tudo, verificou-se um forte crescimento do comércio e do consumo nos primeiros três anos do Plano Real, em função da estabilidade econômica e

das facilidades de financiamento. Esse processo beneficiou mais fortemente as classes menos favorecidas, que representavam a maioria da população baiana.

Em segundo lugar, ocorreu uma reestruturação dos principais setores do parque industrial baiano, que, como se sabe, é ainda pouco diversificado e concentra-se em setores internacionalmente competitivos: química e petroquímica, mineração e metalurgia, além de papel e celulose. A partir de 1994, além da celulose, a duplicação da Refinaria Landolfo Alves (RLAN) e da Central de Matérias-Primas do Polo Petroquímico de Camaçari fizeram a produção voltar a crescer e, em consequência, cresceu também o PIB estadual. Cabe também ressaltar o bom desempenho da indústria metalúrgica e a consolidação dos investimentos realizados na indústria de papel e celulose no Sul do estado, que resultaram em elevado crescimento desses segmentos no referido período, como mostra o Gráfico 2.

Gráfico 2

Produção física industrial, principais atividades – Bahia – 1992-2000



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ([2011b]).

Outro importante fator a ser destacado é que, somente em meados dos anos 1990, o processo de diversificação da produção ocorrido na agricultura baiana a partir de fins dos anos 1980, como descrito anteriormente, começou a influenciar e determinar a formação do valor agregado agrícola e,

consequentemente, do PIB baiano. Como mostra a Tabela 4, entre os anos de 1985 e 2000 ocorre uma profunda transformação na agricultura, com perda significativa da participação do cacau na formação do valor bruto da produção (contribuindo com 36% em 1985, o cacau passou a ter um peso de apenas 6% no valor bruto da produção agrícola da Bahia em 2000).

TABELA 4
PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS, SEGUNDO O VBP
— BAHIA — 1985/2000

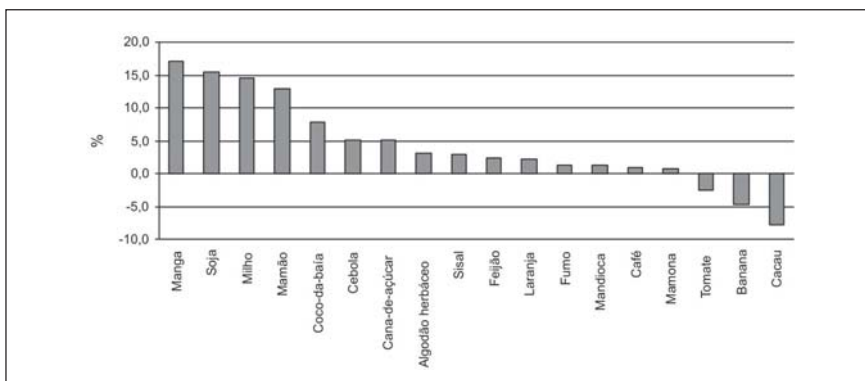
Posição	2000		1985	
	Produtos	(%)	Produtos	(%)
1º	Mandioca	16,2	Cacau	36,2
2º	Cana-de-açúcar	15,3	Mandioca	10,7
3º	Soja	10,7	Café	9,2
4º	Feijão	7,6	Feijão	7,1
5º	Café	5,9	Mamão	4,4
6º	Milho	5,9	Algodão herbáceo	4,4
7º	Cacau	5,9	Cana-de-açúcar	4,1
8º	Mamão	4,2	Soja	3,3
9º	Coco-da-baía	4	Milho	3,2
10º	Manga	3,5	Mamona	2,9
11º	Banana	2,7	Banana	2,4
12º	Algodão herbáceo	2,3	Sisal	2,3
13º	Laranja	2,1	Laranja	2,1
14º	Maracujá	2	Tomate	1,8
15º	Sisal	1,8	Coco-da-baía	1,3
16º	Tomate	1,5	Arroz	1,1
17º	Cebola	1,1	Fumo	0,4
18º	Uva	1,1	Cebola	0,4
19º	Mamona	0,8	Batata doce	0,4
20º	Dendê	0,7	Caju	0,3
	Subtotal	95,2	Subtotal	98,1
	Outros	4,8	Outros	1,9
	TOTAL	100	TOTAL	100

Fonte: Elaboração própria com os dados fornecidos pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2010).

Ainda nesse período, a crise dos produtos agrícolas tradicionais, como o cacau, parece chegar ao pior resultado já registrado pelas pesquisas do IBGE, como pode ser observado no Gráfico 3.

Gráfico 3

Taxa média anual de crescimento dos principais produtos agrícolas
– Bahia – 1992-2000



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ([2011a]).

No que diz respeito ao comércio exterior, a competitividade da economia baiana fica evidente ao se verificar o significativo incremento do valor das exportações baianas, entre 1992 e 2000, a despeito das dificuldades com que se defrontaram as exportações brasileiras no período. A corrente de comércio (exportação + importação) cresceu mais de 50% nesse período.

TABELA 5
BALANÇA COMERCIAL – BAHIA – 1992-2000

(em U\$ bilhões - FOB)

Anos	Exportações	Importações	Saldos	Corrente de Comércio
1992	1,491	534	957	2,025
1993	1,450	615	835	2,065
1994	1,721	753	968	2,474
1995	1,919	1,208	711	3,127
1996	1,846	1,343	503	3,189
1997	1,868	1,590	278	3,458
1998	1,829	1,500	329	3,289
1999	1,581	1,467	114	3,048
2000	1,943	2,256	-313	4,199

Fonte: Brasil (2011).

Na esfera governamental, a Bahia passou por um processo de reforma do Estado desde 1991 e promoveu um ajuste administrativo, fiscal e financeiro. Os primeiros resultados foram o equilíbrio das finanças públicas estaduais – o que levou à recuperação do crédito público nacional e internacional – e o fato de o estado passar a ter capacidade de gerar poupança interna e externa, abrindo, assim, a possibilidade de investimentos e de contar com programas de incentivos fiscais e financeiros.

Em conjunto, esses fatores viabilizaram múltiplos investimentos privados em novas áreas da atividade econômica, a exemplo dos segmentos industriais de bens de consumo populares, automobilístico, cerâmico e madeireiro/moveleiro, turismo, entre outros. Esse movimento contribuiu para a expansão e diversificação da economia, proporcionando maior integração industrial, com a abertura de novos horizontes e a indicação de um novo ciclo de crescimento.

Concluindo, é possível afirmar que, do ponto de vista da evolução do PIB, esse período constituiu-se no momento histórico em que foram lançadas as bases para um novo ciclo de expansão do produto interno da Bahia e para que se reestruturasse a composição desse indicador.

Período IV – 2000-2010: manutenção do crescimento e consolidação industrial

A partir do ano 2000 começaram a ser observadas mudanças na estrutura produtiva do estado da Bahia oriundas de dois fatores principais. Primeiro, pela austera política macroeconômica colocada em prática pelo governo federal, priorizando a proteção da moeda contra desvalorizações e buscando uma meta inflacionária extremamente baixa. Utilizando-se do instrumental de controle da taxa de juros, a política econômica do Brasil priorizou o curto prazo, colocando fim definitivo no projeto nacional desenvolvimentista. Esse fato tem grande relevância para a análise da evolução do PIB, pois, como já mencionado, a Bahia, como unidade da federação brasileira, passou por grandes problemas nos setores demandantes de recursos (atrelados ao crédito de longo prazo, praticamente inexistente no período 2000-2003). Essa conjuntura prejudicou muito o desempenho do setor de serviços baianos e limitou seu crescimento nos primeiros anos da década. O segundo fator está relacionado à política de atração de indústrias, que viabilizou a instalação no estado de uma montadora de veículos e seus sistemistas, grande geradora de valor agregado, e outras tantas indústrias calçadistas, grandes geradoras de emprego. O empreendimento do Complexo *Amazon* trouxe uma unidade da FORD para a Bahia, acarretando, assim, efeitos multiplicadores para a economia estadual. Como decorrência desse processo, vários sistemistas, inclusive de outros países, vieram para a Bahia e começaram a consolidar a indústria automobilística no estado.

A despeito disso, a *baianização* dos veículos³ ainda é pequena tal qual o montante de empregos diretos gerados *vis a vis* o montante dos investimentos, devido aos grandes recursos tecnológicos utilizados na produção – pouco mais de 8 mil empregos diretos para um investimento superior a U\$ 2 bilhões (PESSOTI, 2008).

A reformulação das atividades industriais baianas, como parte de um plano de diversificação produtiva, alcançou maior impulso a partir de 2001, com o lançamento do Desenvolve, uma política de atração de investimentos para estimular fluxos de produção e renda no estado. Segundo dados da Secretaria de Indústria e Comércio e Mineração do Estado (BAHIA, 2010), apresentados na Tabela 6, foram realizados na Bahia, no período 2000-2010, mais de R\$ 42 bilhões em investimentos industriais, responsáveis por aproximadamente 160 mil empregos diretos. Merece destaque o fato de que 80% desses investimentos foram destinados à implantação de novas plantas industriais no estado, sendo, portanto, 20% outros destinados à reativação de plantas já existentes. Desta forma, vieram para a Bahia, entre 2000 e 2010, diversas indústrias de diversas áreas atraídas pelas isenções fiscais. Dentre elas, destacam-se, seja pelo valor do investimento, seja pela elevada geração de emprego e valor agregado: a FORD e seus sistemistas de produção; a Veracel Celulose, atualmente maior produtora de celulose do mundo; a Monsanto, com produção de fertilizantes; e diversas indústrias calçadistas, que são grandes geradoras de empregos. O destaque desse último empreendimento deve ser dado ao fato de ter permitido uma “interiorização” pelo território baiano, ainda que de maneira pouco desconcentrada.

³ Segundo dados da Associação dos Usuários de Portos da Bahia (2010), a quantidade de componentes (peças e assessorios) fabricados diretamente no complexo automotivo da Bahia atinge 76%. Apesar disso, o motor, item de mais alto valor agregado de um carro, continua sendo “importado” da fábrica de São Paulo. Assim, considera-se como pequena a baianização, porque, aqui, tomou-se como base a análise do valor adicionado pelas peças e assessorios dos automóveis e não o número de componentes efetivamente produzidos no estado.

TABELA 6

INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS REALIZADOS POR ATIVIDADE ECONÔMICA – BAHIA – 2000-2010

Atividade econômica	Volume (R\$ 1,00)	Empresas	Emprego direto
Agroindústria	5.041.000	1	30
Alimentos e bebidas	2.251.095.095	136	29.724
Artefatos de couro e calçados	871.283.252	80	41.419
Borracha e plástico	2.061.448.844	108	12.022
Construção	807.000.000	4	1.800
Edição, impressão e gravações	8.500.000	1	56
Eletricidade, gás e água quente	1.551.086.000	7	343
Equip. médicos, ópticos, de automação e precisão	35.446.491	8	1.685
Ext. de minerais não metálicos	20.000.000	1	20
Ext. de petróleo e serviços correlatos	93.400.000	2	-
Fab. e montagem de veículos automotores	3.515.000.000	1	5.000
Fumo	13.974.260	3	280
Máq. escritório e equip. Informática	159.386.308	52	3.136
Máq. aparelhos e materiais elétricos	59.720.000	5	880
Máq. e equipamentos	436.246.586	21	3.546
Mat. eletrônico e equip. de comunicações	169.685.470	23	4.866
Metalurgia básica	891.064.463	18	1.594
Minerais não metálicos	628.142.599	40	5.627
Móveis e indústrias diversas	338.336.756	34	11.512
Outros	2.480.000	1	52
Outros equip. de transporte	16.940.370	12	587
Papel e celulose	19.185.031.499	28	14.411
Peças e acessórios veículos automotores	463.079.726	19	2.414
Pesca, aquicultura	45.500.000	2	3.100
Petróleo e derivados	25.034.860	6	418
Produtos de madeira	459.175.464	6	399
Produtos de metal - exclusive máq. e equip.	463.710.423	25	1.720
Produtos químicos	7.225.023.663	120	6.759
Reciclagem	38.154.500	8	313
Têxtil	779.294.742	33	6.077
Vestuário e acessórios	91.883.339	13	3.892
Total	42.711.165.710	818	163.682

Fonte: Bahia (2010).

Elaboração: COINC/SICM.

Nota: dados preliminares, sujeitos a alterações. Coletados até 30.12.2010.

O PIB da Bahia alcançou, nesse período, uma taxa média de 4,0% de crescimento, acumulando 47,7%. Ainda em relação à taxa acumulada, os grandes destaques ficaram por conta da agropecuária (77,2%), indústria de transformações (60,3%) e, em menor fôlego, o setor de serviços (42,9%). Em 2004, a economia baiana apresentou um crescimento de 9,6% (segunda

maior taxa de crescimento dos 35 anos considerados para efeito desta análise). Como resposta a esse desempenho econômico, a participação da Bahia na economia nacional ficou situada em torno de 4,2% ao longo do período 2000-2008 (sem nenhuma grande oscilação em todo esse período). Entretanto, conforme já observado na Tabela 3, não houve grande modificação na estrutura produtiva do estado, o que indica a incapacidade desses investimentos, apesar de numerosos, de adensar e diversificar a matriz industrial da Bahia. Ainda que tenham sido importantes para elevar o dinamismo econômico interno, não conseguiram promover modificações semelhantes às verificadas na década de 1970, com o advento do Polo Petroquímico de Camaçari.

O incentivo fiscal, no caso baiano, foi uma espécie de contrapartida oferecida pelo governo da Bahia para compensar seu atraso econômico e social, bem como sua distância dos mercados consumidores e sua deficiente infraestrutura de transportes, condições essas que são decisivas para a tomada de decisões na alocação do capital industrial. Seu papel no funcionamento do organismo econômico foi o de impulsionar – potencializando – fatores pré-existentes que não se mostraram capazes ou suficientes para que uma determinada iniciativa optasse pela economia baiana – deixada à margem pelo capitalismo mundial – e que, por isso, estava disposta a incrementar seus esforços – e ofertas – para convencê-la a se instalar.

A principal estratégia adotada pelos estados periféricos, entre os quais a Bahia, foi a utilização de um clássico preceito da economia internacional, baseado na teoria econômica de David Ricardo (1982). Para inserir o estado da Bahia em um contexto de maior participação econômica, seria necessário torná-lo mais competitivo aos anseios da nova lógica global do capitalismo. Para isso, era preciso compensar seu relativo atraso econômico em relação aos possíveis destinos de investimentos no país.

Os programas setoriais criados pelo governo do estado tinham como objetivo atrair investimentos industriais capazes de criar uma nova dinâmica na economia baiana, endogeneizando o desenvolvimento e buscando criar cadeias produtivas capazes de gerar efeitos multiplicadores para toda a economia. A vantagem comparativa da Bahia em relação aos demais centros econômicos do Brasil foi baseada no menor custo de produção para as empresas que, pelo estado, mostrassem interesse em direcionar seus capitais produtivos.

A despeito desses esforços, a diversificação do parque industrial, bem como sua interiorização, foi bastante tímida. Excetuada a atração da indústria automobilística, que tem elevada geração de valor agregado e da produção de celulose, não houve grande alteração na composição da indústria de transformação, com a indústria química continuando a representar aproximadamente 50% de toda a produção industrial baiana em 2009. Mesmo assim, observa-se, com base na leitura das informações do PIB municipal, que

essa estratégia de industrialização contribuiu para diminuir a concentração econômica espacial, com ganho de participação no PIB para os municípios fora da região metropolitana, no período compreendido entre 1999 e 2007. Pessoti et al. (2009, p. 58) fizeram a seguinte afirmação em um artigo no qual analisaram os dados do PIB dos municípios baianos para o período supracitado:

A Bahia, nos últimos anos, tem passado por um processo de desconcentração espacial da sua atividade produtiva. Essa desconcentração pode ser percebida através da análise do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios baianos, que revelou, em 2007, um ganho de participação para os municípios fora da Região Metropolitana de Salvador. Nos últimos anos, a estrutura produtiva baiana tem se caracterizado pelo redirecionamento de parte da estrutura industrial para vários municípios e diversas regiões do estado; com relação a produção agrícola, esse redirecionamento voltou-se basicamente para os municípios da região Oeste. Nesse sentido, os números divulgados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2009), evidenciam uma desconcentração espacial da atividade econômica da Região Metropolitana de Salvador que, em 1999, era responsável por aproximadamente 46,7% do PIB da Bahia e passou, em 2007, a representar 41,7% do total das riquezas produzidas pelo estado da Bahia. No entanto, é importante salientar que apesar dessa leve desconcentração, a Bahia ainda se caracteriza pela existência de áreas com baixa capacidade de geração de renda e que dependem, em grande parte, da atuação do poder público.

Embora a desconcentração aconteça com o aumento da relevância econômica de alguns municípios na agregação de valor ao PIB da Bahia, não se pode esquecer que a insuficiência de infraestrutura no interior do estado e os custos de escoamento da produção, naturalmente, determinam uma concentração de atividades no entorno da Região Metropolitana de Salvador, em função das economias de aglomeração. Essa concentração espacial e setorial da economia baiana também se reflete na dinâmica do comércio exterior do estado. Cinco produtos principais foram responsáveis por 71% das exportações baianas em 2010, conforme pode ser constatado nos dados da Tabela 7. Se a política industrial que vigorou na Bahia entre 2000 e 2010 tinha como objetivo a diversificação e dinamização da economia baiana, pode-se concluir que tais resultados ficaram bastante aquém em relação ao montante de incentivos fiscais que foram concedidos e acabaram aumentando a vocação petroquímica do estado.

TABELA 7
EXPORTAÇÕES POR PRINCIPAIS SEGMENTOS — BAHIA — JAN./DEZ. 2009/2010

Segmentos	Valores (US\$ 1000 fob)		Var.	Part.
	2009	2010	%	%
Químicos e petroquímicos	798.615	1.194.037	49,51	20,84
Papel e celulose	821.279	1.134.665	38,16	19,8
Petróleo e derivados	395.066	924.162	133,93	16,13
Soja e derivados	661.615	643.883	-2,68	11,24
Metalúrgicos	402.124	363.988	-9,48	6,35
Automotivo	239.678	294.470	22,86	5,14
Minerais	171.416	195.027	13,77	3,4
Cacau e derivados	144.559	188.174	30,17	3,28
Borracha e suas obras	120.123	144.510	20,3	2,52
Algodão e seus subprodutos	107.609	138.132	28,36	2,41
Café e especiarias	75.102	84.653	12,72	1,48
Couros e peles	51.894	73.885	42,38	1,29
Calçados e suas partes	49.329	63.236	28,19	1,1
Máqs., apars. e mat. elétricos	30.279	49.731	64,24	0,87
Frutas e suas preparações	30.342	45.094	48,62	0,79
Sisal e derivados	45.288	39.206	-13,43	0,68
Fumo e derivados	10.560	12.366	17,1	0,22
Móveis e semelhantes	8.866	8.691	-1,97	0,15
Demais segmentos	103.166	132.854	28,78	2,32
Total	4.266.910	5.730.764	34,31	100

Fonte: BRASIL (2011).

É importante mencionar que, não obstante a Bahia ter uma política de atração de indústrias ativa, criando vantagens econômicas comparativas, é limitada sua participação no estabelecimento de diretrizes da política macroeconômica, que são determinadas pelo governo federal. A evolução do PIB na Bahia dependeu, depende e vai continuar a depender da situação prevalecente na conjuntura nacional e internacional, ainda mais para uma economia que não conseguiu desvincular seu perfil econômico da produção de bens intermediários para a indústria nacional.

Considerações finais

Como observado, a economia baiana passou por diferentes ciclos de crescimento do PIB. No primeiro deles (1975-1986), a atividade industrial, principalmente derivada da indústria de transformação e da construção civil, foi a grande responsável pelo resultado do PIB. Dentro da estratégia de desenvolvimento regional oriunda do II PND, houve a consolidação de um Polo

Petroquímico complementar às indústrias instaladas no eixo Sul-Sudeste do país. A forma como se deu o processo de industrialização do estado da Bahia impulsionou também o setor de serviços, atraindo milhares de trabalhadores para a RMS. Tanto sim que, mesmo com a pujança do crescimento industrial, como se observou nos números da Tabela 3, o setor de serviços detinha a predominância na geração de valor agregado.

Com o esgotamento do modelo de substituição das importações e o fim da estratégia de crescimento para “dentro”, houve uma crise sem precedentes na história econômica recente do Brasil, resultando em um período de estagnação econômica, crise fiscal e financeira do Estado, combinados com altas taxas de inflação. Mesmo que tardiamente, em relação a outros estados do Brasil, essa situação desaqueceu a economia baiana, altamente especializada na produção de intermediários voltados para abastecimento das indústrias do Sudeste do país. Ademais, houve o esgotamento de tradicionais produtos agrícolas baianos (como o cacau, fortemente prejudicado pela praga da vassoura-de-bruxa, e a quase que estagnação na produção de fumo do Recôncavo). Com a diminuição da atividade industrial, aumentou o desemprego, concentrado principalmente na RMS, e praticamente cessaram os investimentos para o estado da Bahia. No período 1986-1992, a economia baiana cresceu apenas 0,1% em média, conforme dados apresentados na Tabela 1.

O período 1992-2000 caracterizou-se por maior diversificação produtiva e interiorização da produção no território baiano (processo que começou no final da década de 1980 e início dos anos 1990 e ganhou impulso desde então). A entrada em vigor do Plano Real (julho 1994) foi acompanhada por uma ausência total de um plano nacional desenvolvimentista e uma “obsessão” pelo controle inflacionário, à custa da valorização cambial e de elevadas taxas de juros (fato que se intensificou muito a partir dos anos 2000). Essa situação fez com que aumentasse a necessidade da intervenção das políticas estaduais, capazes de dinamizar a economia e promover uma atenuação do desemprego.

Não houve, nesse período, um setor líder na expansão do PIB. Como se observou, agropecuária, indústria e serviços cresceram 2,5% em média entre 1992 e 2000, mesma tendência, em que pese a tautologia, seguida pelo PIB (2,6%). A despeito da conjuntura nacional desfavorável, o setor de serviços permanecia, até essa época, como o mais importante na geração de valor agregado do PIB estadual baiano.

A partir do ano 2000, iniciou-se um novo paradigma: a busca por “novas” indústrias, principalmente por meio de isenções fiscais. Apoiado nessa estratégia, houve um grande aporte de investimentos industriais para tentar diversificar a matriz produtiva baiana. Vieram para a Bahia diversos segmentos industriais, seja por razões fiscais, seja por estratégia industrial, ou ainda por vantagens locais. O esforço dessa política estadual, que não contou com aportes do governo federal, como outrora, reforçou o parque industrial da Bahia e garantiu

a manutenção do crescimento econômico de forma ininterrupta. Na indústria, além do fortalecimento da química e da extração de gás e petróleo, observou-se o surgimento de algo novo: um vetor para a produção de bens finais como as indústrias calçadistas e o ramo automotivo, mas insuficientes para uma modificação no perfil produtivo do estado. Assim, em que pese o recente movimento de atração de algumas indústrias de bens finais, a economia baiana continua sendo caracterizada por ser produtora de bens intermediários para o Sudeste do país e de *commodities* de exportação.

Finalmente – e esperando-se ter alcançado o objetivo proposto inicialmente, qual seja, mostrar os principais fatos que proporcionaram ou limitaram o crescimento econômico da Bahia entre 1975 e 2010 – poder-se-ia dizer que descentralização federal, crise e recessão, retomada do crescimento e atração de investimentos industriais são as expressões que, respectivamente, melhor caracterizam cada um dos ciclos aqui delimitados: 1975/1986, 1986/1992 e 1992/2000, 2000/2010.

Referências

ASSOCIAÇÃO DOS USUÁRIOS DE PORTOS DA BAHIA. *Análise da cadeia produtiva da indústria automotiva da Bahia*. [Salvador]: Usuport, 2010. Disponível em: <<http://www.usuport.org.br>>. Acesso em: 10 dez. 2010.

BAHIA. Secretaria da Indústria Comércio e Mineração. *Investimentos Industriais da Bahia no período 1999-2010*. Salvador, 2010. Disponível em: <<http://www.sicm.ba.gov.br>>. Acesso em: 23 jun. 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. *Estatísticas do comércio exterior* – DEPLA. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/index.php?area=5>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

CARVALHO JUNIOR, Cesar Vaz de; PESSOTI, Gustavo Casseb; PEREIRA, Ítalo Guanais Aguiar. Panorama da economia baiana sob a ótica do PIB – 1975/2000. In: SUPERINTENDÊNCIA E ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Dez anos de economia baiana*. Salvador, 2002. p. 7-23. (Série Estudos e Pesquisas, 57).

FIGUEIROA, Edmundo Sá Barreto; PESSOTI, Gustavo Casseb. Reflexões da nova série de Contas Regionais do Brasil sobre o Produto Interno Bruto dos municípios baianos. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, v. 2, p. 54-61, 2008.

GUERRA, Oswaldo; TEIXEIRA, Francisco. 50 anos de industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 10, n. 1, p. 87-98, jun. 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Contas regionais do Brasil 1985-2007*. Contas Nacionais. Rio de Janeiro, 2008. v. 18.

_____. *Contas regionais do Brasil 2008*. Contas Nacionais. Rio de Janeiro, 2010. v. 10.

_____. *Pesquisa agrícola municipal*. Rio de Janeiro, [2011a]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 abr. 2011.

_____. *Pesquisa industrial mensal de produção física*. Rio de Janeiro, [2011b]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 abr. 2011.

LIMA, Carmen Lúcia Castro. Evolução do valor agregado do setor de comunicação no estado da Bahia entre 1976 e 2000: fatos relevantes. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *O PIB da Bahia 1975-2000: metodologia unificada e análises setoriais*. Salvador, 2002. p.143-147. (Série Estudos e Pesquisas, 58).

PESSOTI, Gustavo Casseb. *Um estudo da política industrial da Bahia no período 1950-2005*. 2008. 215 f. Dissertação (Mestrado em Análise Regional) – Universidade Salvador, Salvador, 2008.

_____. et al. PIB municipal revela leve desconcentração espacial na economia baiana. *Conjuntura. & Planejamento*, Salvador, n. 165, p. 58-67, out./dez. 2009.

RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas).

SILVA, Denis Veloso et al. Análise da economia baiana, de 2002 a 2007, sob o enfoque da nova série das contas regionais do Brasil. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, número especial, p.28-53, jul./set. 2008.

SPINOLA, Noelio Dantaslé. *A trilha perdida: caminhos e descaminhos do desenvolvimento baiano no século XX*. Salvador: Fapesb, 2009.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *PIB da Bahia*. Salvador, 2010. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=130&Itemid=212>. Acesso em: 13 maio 2011.